

MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Órgão

Ministério da Economia

Representação

Comitê Temático de Microempreendedor Individual (MEI)

Representantes



Titular

Antônio Everton Chaves Junior

Economista

Divisão Econômica (DE) da CNC

(Compareceu)



1º Suplente

Evandro Américo Costa

Assessor Executivo

Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC



2º Suplente

José da Silva

Especialista Executivo

Assessoria de Gestão das Representações (AGR) da CNC

Ações

Reunião ordinária realizada no dia 14 de abril de 2021

O encontro pôde juntar, via ferramenta on-line da Microsoft, o Teams, mais de 30 pessoas, mostrando a importância do evento para as entidades do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE).

Para os coordenadores do Comitê Temático de Microempreendedor Individual, a ideia era provocar discussão do microempreendedor individual (MEI) dentro das propostas de reforma tributária.

O advogado Marcelo Alvarenga fez breve explanação do que se tem hoje no Congresso. Todas as propostas visam simplificar o sistema de impostos, mas nenhuma das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária considera especificamente o MEI tanto quanto o Simples Nacional. Na realidade, o que parece ao apoiar qualquer proposta é dar um tiro no escuro quanto aos temas em questão. Afinal, do jeito que está, os assuntos deverão ser discutidos mais para frente, em regulamentação futura, depois que a reforma tributária for aprovada. Assim, a situação se transforma numa grande incógnita para o MEI e o Simples Nacional.

Em outras palavras, no que se refere ao MEI e ao Simples Nacional, tudo fica para depois que o texto da reforma tributária for aprovado. Isso parece ser muito delicado e perigoso, pois observar e deixar para depois o tratamento destes dois poderá acabar sendo frustrante, trazendo prejuízos em vez de melhorias para os microempreendedores e as micro e pequenas empresas (MPE).

Marcelo Alvarenga afirmou que seus estudos terminariam em até dez dias, e que pretendia compartilhar os esforços com as entidades do FPMPE.

Os MEI não são tratados nas propostas de reforma tributária. Na realidade, as MPE do Simples Nacional podem até passar a gozar do aproveitamento de créditos, só que os MEI estão excluídos das propostas. Isso significa prejuízo imediato para os microempreendedores individuais na prestação de seus serviços, acarretando dificuldades e mais impostos a pagar, uma vez que eles não possuem o benefício.

Apesar de querer apenas considerar os MEI, o Comitê Temático também intenciona contribuir com o que vem sendo discutido no CT Racionalização Legal e Burocrática, que trata do tema apenas para as MPE.

De fato, as interlocuções dos presentes na reunião consideraram que o Simples Nacional e os MEI se encontram fora do radar dos parlamentares sobre o assunto reforma tributária.

Há nítida preocupação com relação ao aumento implícito da carga tributária. Houve interpelações no sentido de que o Simples Nacional precisa ser melhorado, porque exclui atividades e é muito complicado à luz do empreendedor inexperiente.

Os coordenadores lamentaram o período de apenas uma hora do encontro. Mas agradeceram a todos pela presença, considerando que o caminho estava sendo traçado para que as entidades pudessem contribuir com aquele grupo, de maneira a gerar efeitos práticos.